

Educação e Sociedade Maranhense Na Primeira República

Tatiane da Silva Sales *

Resumo: O início do período republicano representou para a educação um espaço de maior discussão e investimento, foi um momento histórico importante para as instituições de ensino do país e do Maranhão quando algumas foram criadas, estabelecidas e justificadas como referencial, a exemplo do ensino Superior. É sobre a efervescência deste período que este trabalho objetiva analisar a história da educação maranhense a partir da institucionalização de leis e decretos implementados no período republicano, quando foram emitidos os registros de gastos do governo estadual com a instrução pública e ocorreram mudanças com o sistema de ensino a partir da implementação da República, as leis de incentivo à educação e a reação social ao sistema educacional vigente. Assim, juntamente com as leis e decretos deste período, analisaremos também os jornais, que denotavam na sociedade quadros da educação maranhense.

Palavras-chave: História. Educação. Sociedade. Legislação. Jornais.

Education and Society of Maranhão in the First Republic

ABSTRACT: The beginning of the Republican Period has represented for the education a space of discussion and investment, it was an important historical event for the educational institutions of the country and of Maranhão when some ones were created, established and justified as reference, an example of Higher Education. It is on the effervescence of that period that this research aims to examine the history of the education in Maranhão since the institutionalization of implemented laws and decrees in the Republican Period, when the records were issued of the state government expenses with the public education and there were changes to the system education since the implementation of the Republic, the laws of incentive to education and social reaction to the current educational system. Thus, closely with the laws and decrees of this period, we also analyze the newspapers, which show pictures of education in society of Maranhão.

Keywords: History. Education. Society. Legislation. Newspapers.

O período republicano no Brasil acarretou em alguns pontos diferenciais em relação ao império, nos aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais. Tais modificações não se estabeleceram de maneira abrupta, mas algumas características novas foram implementadas nesse momento de transição pelo qual o Brasil atravessava, um dos aspectos que provocou reações sociais e ganhou espaço em falas e mensagens de autoridades brasileiras foi a instrução, tanto no caráter filosófico quanto no legal. Para entender o aspecto educacional deve-se levar em consideração a sociedade, seus agentes e os valores apreendidos é uma alternativa mais sólida para analisar as alterações do âmbito educacional.

* Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão (FAPEMA).

A primeira compreensão que pode ser destacada é este momento de *passagem* do Brasil, como se refere Jorge Nagle, sendo que muito do articulado para a educação republicana ser fruto da concepção moderna de país em vias de urbanização e industrialização.

Pelo estabelecimento de *dois brasis*, um que ainda vivia sob as diretrizes da sociedade agro-exportadora, produzindo café, e mão de obra de maioria estrangeira, e outro país cada vez mais operacionado nas cidades, indústrias, dentre elas a têxtil, e trabalhos em escritório é que se formava um período de transição econômica e política, é que a educação ganhava novos contornos, diferenciando-se em certa medida do sistema de ensino do Império, pois com mudanças sociais mais aguçadas as instituições também ganhavam novos contornos.

O governo republicano, neste novo contexto, aparentemente desempenhou atenção ao ensino público, mas alguns autores apresentam concepções diferenciadas, abaixo uma comparação entre medidas do Império que não permaneceram na República.

Embora a linha geral dos debates do final do Império apontasse para a direção da construção de um sistema nacional de ensino, colocando-se a instrução pública como destaque para a instrução primária, sob a égide do governo central, o regime republicano não corroborou esta expectativa. (SAVIANI, 2008, p.170)

Na República brasileira, desacelerando compasso do final do império a educação permaneceu descentralizada, seja pela influência do positivismo, ou mesmo por ser fruto de regimes políticos também descentralizados. O governo republicano não assumiu a educação como uma responsabilidade do governo central, cabendo, portanto, a maior responsabilidade para governos estaduais que assumiram parte do papel.

Alguns autores consideram que não houve mudanças significativas na realidade prática da educação no Brasil pós Proclamação da República, sendo assim, a teria havido uma continuidade de um sistema deficiente de ensino.

Assim, quando se proclama a República, o Maranhão apresenta, relativamente à instrução pública, o mesmo aspecto desolador que as demais províncias do Brasil, agravado ainda pelas lutas políticas e competições suscitadas pela mudança do regime. [...] com a universalização de alguns idéias educativos como o direito de todos à Educação, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, o sistema educacional adquire uma dinâmica própria que o torna mais aberto às influências externas. (ANDRADE, 1984, p.29)

O ‘aspecto desolador’ a que se refere a autora, diz respeito a questões de condições na manutenção de escolas, condições de trabalho para professores/as e permanência de alunos

mais carentes. Ao lado da extensão das características educacionais do Império estão também as modificações advindas com a República, pois vários aspectos educacionais foram discutidos em seus primeiros anos e dentre eles podemos destacar uma maior visibilidade ao processo educacional, implementação de leis, decretos e regulamentos e a implantação de uma educação sobre a lógica universal, gratuita e com ‘dinâmica própria’ como afirma Beatriz Andrade.

Por mais que algumas concepções se considerem adversas, a maioria dos teóricos reconhece que foi elaborada uma escola para uma população urbana, incluindo a grande maioria historicamente afastada do processo educacional.

É preciso considerar que a nova escola foi pensada para uma vida circunscrita ao ambiente urbano e é destinada a todas as crianças, inclusive às das camadas populares. A escola nova se fez correlativamente às definições de novos poderes e de uma nova forma de coação a que as pessoas estariam expostas. (ROSSI, 2008, p. 148)

Deter maior controle sob a educação destina às camadas populares era poder ampliar o grau de influência sobre essa população, algo requerido pelo governo republicano.

A partir das características apreendidas no Brasil da Primeira república o processo educacional brasileiro foi alvo de referida notoriedade, reservando atenção nas questões de reformas e leis implementadas demonstrando minimamente como o debate circundava o meio governamental naquele momento. Dentre as principais reformas que se desenvolveram no início da República pelo governo Federal, consta: Benjamin Constant (1890), Epiácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915) e João Luís Alves (1925) cada uma desempenhando aspectos educacionais por vezes analisando os mesmos trâmites da educação e na maioria servindo como *letra morta*, em geral essas leis foram mantidas no papel, levando efetivamente à população poucos benefícios.

Essa característica de ensino de conteúdo de cunho humanístico é uma herança da educação implementada pelos jesuítas com influência em São Tomás de Aquino, onde a essência universal e imutável destacado. Já a concepção influenciada por Benjamin Cosntant desligava a essência ligada em Deus e firmada na natureza humana, racional, promovendo uma escola pública, laica, gratuita e universal.

No Maranhão, após o estabelecimento do regime republicano houve a necessidade de estabelecer também regulamentos e reformas para organização do sistema de ensino que até pouco tempo era centralizado no governo nacional. Em 1890 no governo de José Thomaz da Porciúncula é baixado um decreto que visava organizar a educação dividindo-a em primário,

secundário e técnico. “Esse decreto, além de proibir o castigo corporal nas Escolas, mantinha o Liceu com a introdução de algumas reformas em sua organização, cria a Escola Normal, um Conselho Superior de Instrução Pública e um Instituto Técnico” (ANDRADE, 1984, p.30).

Essa mudança organizacional no Maranhão seguia uma linha nacional, pois mesmo que o sistema estivesse descentralizado nos estados em suas responsabilidades, havia algumas diretrizes nacionais norteadoras para os projetos educacionais, tendo em vista que para a pretensa urbanização e industrialização requerida no país por meio dos discursos de autoridades, a educação primária e profissional massificada era uma necessidade.

Um das características conferidas ao regime republicano com maior visibilidade à educação foi a implementação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, sendo que esta instituição foi responsável pelo estabelecimento de algumas novas concepções em ensinar, organizando várias Conferências Nacionais de Educação e divulgando dentre outras medidas a situação dos estados brasileiros em seus relatórios, buscando introduzir noções teóricas da Escola Nova, na perspectiva de mudança do processo didático das aulas, sua proposta pautava-se no aluno como centro da aprendizagem, respeitando as características individuais e apoiando o docente enquanto agente facilitador. Posteriormente esta associação estabeleceu as bases do “Plano Nacional de Educação” e de diretrizes nacionais para o ensino popular.

Mesmo tendo um processo educacional que em suas amplas bases beirava a reprodução[†] do sistema social vigente e elitista, uma das características da instrução foi o movimento conhecido como *otimismo pedagógico*, que implicava nas relações adquiridas pela sociedade com a educação, inclusive valorizando-a quanto aos ideais pedagógicos do momento histórico, em relação a metodologia e didática, assim o “entusiasmo e otimismo, [foram] a forma mais acabada em que se procura[va] responder aos desafios propostos pelas transformações que ocorrem a partir do segundo decênio do século XX” (NAGLE, 2001, p.134). Então as transformações do meio social refletiriam em situações educacionais, não apenas pelas leis, mas também a partir da conjuntura do século XIX, com o direcionamento de uma educação que atendesse os fins considerados adequados para o período.

Durante a ‘Primeira República’, tivemos dois grandes movimentos de idéias a respeito da necessidade de abertura a aperfeiçoamento de escolas: aqueles

[†] Sobre este tema ver: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, Vozes, 2008. Estes autores destacam como o sistema educacional em diversas perspectivas promove apenas a reprodução de um sistema social mais elaborado, em nome de uma classe que o legitima, assim a ação pedagógica e o trabalho pedagógico são reproduzidos nas estruturas das relações de força entre os grupos dominados e a pretensa legitimidade do grupo dominante.

movimentos que chamamos de o ‘entusiasmo pela educação’ e o ‘otimismo pedagógico’. O primeiro movimento solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos de ensino. Tais movimentos e alternaram durante a ‘Primeira República’ e em alguns momentos se complementaram. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p. 32)

As duas perspectivas educacionais de *entusiasmo pela educação* e *otimismo pedagógico*, difundidas no Brasil, esses dois posicionamentos lançavam uma preocupação com a acessibilidade de um número cada vez mais expressivo de alunos. O movimento conhecido como *entusiasmo pela educação* dedicava-se à divulgação da importância da educação pelo país, a necessidade de incluir a demanda populacional no processo educacional.

No Maranhão este entusiasmo se refletiu fortemente na expansão das escolas urbanas e estabelecimento de equiparações, padrões de qualidade, necessidade na formação de professores afim de um melhor desenvolvimento da educação no estado.

Legítimo representar do fenômeno caracterizado como entusiasmo pela educação, que tomou conta do Brasil, sobretudo, durante a segunda década do século XX, Godofredo Viana cuida em promover a difusão do ensino por todo Estado. [...] Cria escolas urbanas e rurais e, numa tentativa de suprir a grande demanda de matrículas na capital para a Escola Modelo Benedito Leite, equipara a esta os cursos primários de alguns estabelecimentos, como os da Escola Normal Primária, os da Escola São Luiz Gonzaga, os do Colégio Santa Teresa, Instituto Fernandes e Educandário Maria Auxiliadora. (ANDRADE, 1984, p.37)

Uma característica de mudança na educação em seu cunho nacional diz respeito a alteração da educação *palaciana* e *literária* que se mantinha no Brasil, até então inatingível a maior parte da população e os poucos que a ela tinham acesso dedicavam-se pouco proveito à nação faziam. A República remonta uma educação mais prática para a maioria que tivesse condições de acesso a essa educação, então algumas medidas foram tomadas para a implementação das escolas de trabalhos manuais, conhecidas como profissionalizantes.

Medidas como estas também podem ser analisadas pela perspectiva de cidadania que se implementava no país, ser cidadão era contribuir para o crescimento da nação, desenvolvendo valores morais e desenvolvimento da economia, do bem estar social e do estabelecimento de papéis delimitados seja pelo sexo, idade, condição econômica e de instrução.

A educação justificada aos mais pobres é apresentada pela contribuição que estes poderiam oferecer na *formação* do país cada esfera social deveria desenvolver-se para a equiparação do Brasil à condição de nação moderna.

*É corrente hoje que a missão da Escola é preparar para a vida. Assim, ao lado das noções theoreticas, que o alumno desenvolverá depois nas profissões intellectuaes a que o arraste a vocação, deverá elle adquirir alli as bases práticas, que mais tarde ampliará na officina que for a fonte de subsistencia. [...] a escola, nosso ver, deve ser a officina-escola. (GONZAGA, Aprigio. Pela educação. **Jornal Vida Escolar**, 31 de março de 1932, nº3, ano I.)*

Essa *oficina-escola* proposta por este jornal, dedicado exclusivamente às questões educacionais perseguem os objetivos de uma nação imersa no ideal de industrializar-se onde a educação elementar pública atenderia a demanda de uma mão de obra qualificada tecnicamente. Perseguindo objetivos mais amplos do que os registrados em outros momentos históricos do Brasil, a instrução descentralizada a cargos dos governos estaduais e municipais se fez dividir com a família também. A instrução sendo analisada como uma responsabilidade de pais e tutores, com responsabilidades compartilhadas a isenção do Estado ingresso e manutenção das crianças seria de certa forma justificada.

*Educar e instruir a infancia não é tão fácil como á muitos talvez pareça, não, a educação escolar é a mais difficil e trabalhosa das tarefas impostas ao funcionario instructor. [...] Eis em que fracas e pobres bases se acha sustentado o sublime edificio que tem de servir para a educação dos nossos filhos. Emquanto os paes ou tutores não se encaminharem para o verdadeiro posto de honra que lhe está reservado na educação da infancia, veremos sempre desse continuo descalabro, e, a nossa decantada Instrucção Publica jamais passara de ephemera e lisonjeira. (A instrucção publica. **Jornal O Ser**, 16 de novembro de 1904, nº2, ano I.)*

Destacava-se a importância e a dimensão do trabalho desenvolvido na escola, pelo ato de educar e instruir, relevando o papel do professor, como agente diretamente envolvido na educação escolarizada, mas também apresentando ‘novos’ co-responsáveis por este processo, os pais e tutores. Pensar numa educação que abrange a família era um desafio apresentado ainda mais referindo aos socialmente menos privilegiados, pois o ato da matrícula de uma criança na escola já representava o suficiente para estas famílias, não havendo a cultura de acompanhamento do processo, tendo em vista a não compreensão do estudo em organização seriada, pois isto iria requerer frequência nas aulas.

Apesar das dificuldades de manutenção nas escolas, as matrículas no Maranhão sofreram aumento, as verbas públicas destinadas a educação. Os meios de comunicação da época registravam certa visibilidade educação do estado, destacando a formação de professores, as condições físicas das escolas e material didático, em caso de jornais não partidários do governador do Estado as críticas eram bem contundentes mostrando as problemáticas do sistema de ensino, no caso descrito abaixo o jornal de oposição ao então governador João Gualberto Torreão Costa (1901).

*Constrange-nos o coração escrever hoje estas linhas, protestando contra a indiferença com que os governos tem votado a educação publica. E' a eschola publica a ultima classe esquecida no nosso querido Estado, digno de toda dedicação de seus filho illustrados [...] O ensino publicos seria o primeiro ponto de vista comparado sob as mais solidas bases do desenvolvimento, afim de que o povo instruido possa cumprir os deveres civicos, tornando-se deffensores da patria e fieis respeitadores da lei. [...] Nada mais tetrico e revoltante do que visitarmos uma eschola primaria nos sertoes do Estado; mesmo em certas cidades e villas, onde se vê pobreza e tibieza. (O Ensino Publico. **Jornal O Zephero**, 17 de agosto de 1901, n°10, ano I.)*

As considerações deste jornal apresentam um governo um governo estadual que não valoriza a instrução pública e também a enaltece destacando como ela pode servir à nação, instruindo os populares a cumprir seus *deveres cívicos*. Dessa forma, apresenta como se o Estado não tivesse interesse nessa instrução, sucateando o espaço e recursos. Já as falas e mensagens de governadores do estado do Maranhão, por sua vez apresentavam um discurso partidário ao governo da situação e publicavam certa preocupação com o futuro da instrução pública afirmando valores ligados a educação tais como o progresso da civilização, valor moral, os direitos e deveres do cidadão.

Sem necessitar agglomerar provas nem argumentos que ponham em evidencia a máxima importância da instrucção, o maior elemento da civilisação, o mais energético factor do progresso, thermometro do valor moral dos povos, garantia do direito, atalaia das mais sagradas libardades, é a instrucção o objecto que mais reclama a attenção dos governos nos paizes organizados democraticamente, onde esta instrucção é a necessidade absoluta para que o cidadão conheça a lei que é o arbútrio supremo da vida social. (MARANHÃO. Mensagem do Governador do Maranhão à Assembléia Legislativa do Maranhão em 1895, p. 23.)

A educação passou a ser entendida como importante para a vida, na construção do saber, promovendo uma sociedade melhor, por meio da contribuição do indivíduo à Pátria, onde os contemporâneos divulgavam a sua importância, mesmo aos mais pobres. Assim foi desenvolvido o movimento das *Caixas Escolares*, uma organização de iniciativa privada que pretendia lançar subsídios para manutenção de crianças pobres nas escolas públicas, através de doações de roupas, calçados e materiais escolares como cadernos e lápis, tendo em vista a associação dessas ações com questões de filantropia, também associada a noção de acreditar na escola como elemento regulador da sociedade, evitando que estes jovens causem problemas à sociedade relacionados a vandalismos.

As escolas noturnas, se desenvolveram em certa medida neste período como uma afirmação da institucionalização do ensino primário público, gratuito e laico, dedicavam-se à alfabetização e profissionalização aos jovens maiores de 16 anos, em São Luís o registro de escola noturna em 1922 aponta 155 alunos, todos homens e a maioria, com idade superior a

15 anos, média de aprovação nos cursos seriados de 89% em 1919 (MARANHÃO. **Instrução Pública Municipal de São Luís**. Movimentos da Escola da Capital. 1920.). A oportunidade de levar o estudo a jovens que não estavam dentro de faixa etária escolar se refletia na profissionalização destes. Na escola noturna não houve o registro da presença de mulheres, fatores levam a crer que moralmente esta possibilidade de estudar à noite não se fazia válidos às mulheres.

A garantia desse ensino primário já registrado desde a Constituição de 1824, inclusive com o objetivo de implementação de diversas escolas primários e secundários com objetivos de implementação do ensino superior, mas “a instrução pública gratuita para ensinar a ler e escrever ficou quase esquecida nas linhas mortas da Constituição de 1824.” (FRANCISCO FILHO, 2001, pp. 56/57.). E assim, durante todo o Império foram escolas isoladas com salões multiseriadas e inacessíveis a parcela significativa da população e o desafio de expandir a educação por meio de um país tão diverso em suas questões como o Brasil recaiu sobre a nação republicana.

No Maranhão o sistema educacional foi esquematizado em leigo e gratuito, uma política já recorrente desde o Império, a Lei nº 666 de 1914, estabeleceu as ordenações para o ensino público estadual em três áreas, o ensino primário, Lyceu e Escola Normal. (BRASIL. Collecção das Leis do Congresso, Decretos e Regulamentos do Governo do Estado do Maranhão, de 1914. Imprensa Official, 1915. Lei nº 666, 28 de abril de 1914, p.85).

Esta aplicação legal instituída em 1914 apresenta como se deu sistema organizacional da educação pública maranhense, estabelecendo subdivisões no ensino primário, grande atenção governamental do momento estudado, em dois graus que somados davam um total de oito a dez anos de estudo, o que parece um bom período de para a educação básica. No entanto, o maior problema enfrentado era a não continuidade dos alunos de classe mais baixa ao inicialmente chamado ensino primário complementar e posteriormente ensino primário de 2º grau.

Outra implicação para a educação desenvolvida no Brasil foi a separação institucional entre a Igreja Católica e o Estado, o poder moderador da Igreja já não atendia aos ideais, implementados com forte influência do positivismo, de um Estado que intentava ratificar autoridade administrativa. O Estado laico reivindicava condições próprias para administrar suas esferas, dentre elas a educação, porém o estabelecimento de uma educação religiosa já se fazia presente na sociedade brasileira por séculos, resultando em divergências de opiniões acerca da influência religiosa católica ora apontada como forma de ensino mais completa e

ora rejeitada pela complexibilidade da modernidade, abaixo um exemplo deste processo discutido em São Luís.

*Foi bastante debatida, nestes últimos tempos, a questão do ensino e não faltam os partidários de sua laicização. Vejamos entretanto o que deve ser o ensino. Não há negar que seja ele um elemento poderoso e decisivo na educação. [...] Eis por que a igreja católica zela de modo especial o precioso depósito da doutrina que lhes foi confiado por Nosso Senhor e condena todos os erros perniciosos. [...] Só diremos que à igreja, às famílias e aos Estados cumpre ministrar e proteger o ensino cristão. (O ensino. **Jornal Labor**, 15 de Julho de 1913, nº5, Ano I)*

A citação acima propõe uma conciliação entre Igreja e Estado ao propor uma associação em favor do ensino, expressando todo um discurso de valorização da instrução e destacando como a igreja Católica poderia zelar pelo ensino. A isto pode estar ligado também propaganda para as escolas particulares católicas mantidas vivas.

O *Jornal Labor* era um órgão dedicado às questões religiosas e é plenamente identificável a associação entre o ensino, a sociedade e as entidades religiosas proposta neste artigo, numa concepção sutilmente difundida de que a questão moral só poderia ser trabalhada nas escolas por meio do ensino cristão, sendo uma responsabilidade inclusive do Estado manter o ensino religioso.

A educação no Maranhão, por meio dos valores associados a educação e compreendendo como ela atingiu um público mais amplo estava ligada, em geral, à concepção de cidadania e nacionalidade, onde o desenvolvimento do país referia-se a capacidade de trabalho realizado no estado-nação. Nestes fins, a instrução voltava-se ao labor, questão direcionada ao trabalho que dignificaria o homem e proporcionaria enriquecimento ao país, estes eram objetivos muito difundidos pelos ideais positivistas para um modelo de nação, educação e cidadão.

Sem necessitar agglomerar provas nem argumentos que ponham em evidencia a máxima importância da instrução, o maior elemento da civilização, o mais energético factor do progresso, termometro do valor moral dos povos, garantia do direito, atalaia das mais sagradas liberdades, é a instrução o objecto que mais reclama a attenção dos governos nos paizes organizados democraticamente, onde esta instrução é a necessidade absoluta para que o cidadão conheça a lei que é o arbítrio supremo da vida social. (MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa. 1895, p.23.)

A educação estava ligada, nesta fala, diretamente a alguns privilégios sociais aparentemente inerentes à condição social do estudante: a moral, a garantia de direitos, a liberdade, e todos estes fatores eram entendidos como uma condição plena para o estabelecimento de uma sociedade moderna e organizada, sendo que um dos requisitos para

alcance dessa sociedade seria o conhecimento da *lei*, e com finalidade de proporcionar tal saber, a educação formal contribuiria para este estabelecido social. A aproximação entre o ideal civilização ocidental e os modos institucionalizados de saber também foi muito estimulada no Maranhão do início republicano, pois tais ideais eram entendidos como essenciais para o progresso da nação, e como consequência disso o desenvolvimento da educação formal aqui seguiria valores tão difundidos na Europa.

Como forma de perceber a dinâmica em relação ao sistema educacional no Maranhão é interessante perceber as reformas que se estabeleceram logo nos primeiros anos da república, ainda no século XIX. Tais reformas se concentraram basicamente em quatro anos, 1890/1891/1893/1894 elas foram marcadas por uma mudança do ensino literário para um cunho entendido como mais científico, uma das mais importantes reformas se deu em 1895 com influência de Benedito Leite, onde ao ensino foi acrescentado o caráter da obrigatoriedade no Maranhão.

Assim, são inegáveis as alterações propostas e ocorridas na educação, brasileira e maranhense, com o advento do sistema republicano, porém mesmo com uma visibilidade mais acentuada os ranços do abandono educacional ainda eram presentes dificultando melhores resultados. Várias reformas marcaram este período e com elas a educação popular recebeu atenção maior, a oferta de ensino foi valorizada, no entanto foram passos ainda pequenos diante de uma realidade educacional tão precária no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produções e novas investigações**. Campinas, Autores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2005.
- SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2008.
- ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1984.
- ROSSI, Ednéia Regina. Espaços autônomos e modernos de educar: a instituição de ensino elementar no início da república e a produção de uma cultura escolar. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha(org). **Educação na História**. São Luís, Ed. UEMA, 2008.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo, Cortez, 2006.
- ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1984.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. São Paulo, ed. Alínea, 2001.

FONTES:

GONZAGA, Aprigio. Pela educação. **Jornal Vida Escolar**, 31 de março de 1932, nº3, ano I.

A instrução publica. **Jornal O Ser**, 16 de novembro de 1904, nº2, ano I.

O Ensino Publico. **Jornal O Zephero**, 17 de agosto de 1901, nº10, ano I.

MARANHÃO. Mensagem do Governador do Maranhão à Assembléia Legislativa do Maranhão em 1895, p. 23.

TRINDADE, José. **Jornal Alma Nova**, 07 de setembro de 1929, nº2.

MARANHÃO. **Instrução Pública Municipal de São Luís**. Movimentos da Escola da Capital. 1920.

BRASIL. Collecção das Leis do Congresso, Decretos e Regulamentos do Governo do Estado do Maranhão, de 1914. Imprensa Official, 1915. Lei nº 666, 28 de abril de 1914, p.85.

O ensino. **Jornal Labor**, 15 de Julho de 1913, nº5, Ano I

MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa. 1895, p.23.